

LAUDO TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE

**Prefeitura Municipal de Vargem-SP
Agosto 2024**

Local: DELEGACIA DA POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Endereço: R. FIORAVANTE RESTIVO, 55 - CENTRO, VARGEM/SP

Sumário

Laudo Técnico de Vistoria - Acessibilidade	3
1. Identificação e Localização	3
2. Objetivo	4
3. Metodologia Utilizada.....	4
4. Abreviaturas.....	5
5. Caracterização da Edificação.....	5
6. Análise Geral.....	7
6.1 Estacionamento.....	7
6.1.1 Principais Requisitos – Estacionamento.....	8
6.1.2 Parecer Geral – Estacionamento.....	13
6.1.3 Adequações a Serem Realizadas – Estacionamento.....	13
6.2 Acesso e Circulação.....	13
6.2.1 Principais Requisitos – Acesso e Circulação.....	14
6.2.2 Parecer Geral – Acesso e Circulação.....	16
6.2.3 Adequações a Serem Realizadas – Acesso e Circulação.....	16
6.3 Sanitário P.C.R.....	17
6.3.1 Principais Requisitos – Sanitário P.C.R.....	19
6.3.2 Parecer Geral – Sanitário P.C.R.....	19
6.3.3 Adequações a Serem Realizadas – Sanitário P.C.R.....	19
6.4 Mobiliário Urbano.....	21
7. Considerações Finais.....	21
8. Encerramento.....	21

Laudo Técnico de Vistoria – Acessibilidade

1. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO:

1.1 Interessado: Município de Vargem–SP

1.2 CNPJ: 67.160.507/0001-83

1.3 Imóvel objeto da Vistoria: R. Fioravante Restivo, 55 - Centro, Vargem/SP

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DE POLICIA CIVIL, R. FIORAVANTE RESTIVO, Nº 55, CENTRO, VARGEM/SP



FONTE: GOOGLE EARTH

2. OBJETIVO:

O presente Laudo tem por objetivo avaliar as condições em relação à acessibilidade das instalações da Delegacia da Polícia Civil, atestando as condições favoráveis e/ou apontando não conformidade, e ainda, indicando as referências normativas para adequações das não conformidades.

3. METODOLOGIA UTILIZADA:

Para a elaboração deste Laudo foram realizadas vistorias in loco, observando as questões relativas a acessibilidades, tendo como base o seguinte:

- Estacionamento;
- Acesso e Circulação;
- Sanitário P.C.R.

Este Laudo foi elaborado com base na legislação específica sobre acessibilidade, em vigor na esfera federal e estadual:

- Lei Federal 10.098 de 19/12/2000; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal 5.296 de 2004; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei Estadual 12.548 de 27/02/2007; consolida a legislação relativa ao idoso.
- Lei Federal 13.146 de 06/07/2015; institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Decreto Federal 9.404 de 11/06/2018; dispõe sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 44

da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- Resolução 973 do Contran - Aprova o Volume IV – Sinalização Horizontal, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito;
- NBR NM 313 - Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;
- NBR 9050/2021 da ABNT – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Decreto Federal 10.014 de 06/09/2019; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

4. ABREVIATURAS:

- M.R. - Módulo de Referência;
- P.C.R. - Pessoa em Cadeira de Rodas;
- P.M.R. - Pessoa com Mobilidade Reduzida;
- P.O. - Pessoa Obesa;
- P.D.V - Pessoa com Deficiência Visual;
- S.I.A. - Símbolo Internacional de Acesso;
- A.B.N.T. - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- N.B.R. - Normas Brasileiras Regulamentadoras.

5. CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:

O terreno onde está situada a edificação que abriga a Delegacia da Polícia Civil está voltado para a Rua Fioravante Restivo, número 55, e é composto por pavimento térreo. A edificação possui um acesso principal para pedestres e veículos voltado para a via mencionada, apresentando um desnível que é superado por uma rampa de concreto não adaptada. A análise detalhada dessa rampa será abordada no item 6.2 deste laudo.

Atualmente desativada, e a edificação não dispõe de demarcação de vagas especiais para P.C.R ou Idosos em sua área interna, contando com duas vagas, uma para P.C.R e outra para idoso na via de acesso ao local. Ambas são vagas dispostas em ângulo de 90 graus, e a análise detalhada dessas vagas será realizada no item 6.1 deste laudo.

Constata-se que o portão de acesso principal é operado manualmente por um sistema corrediço. Além disso, observa-se a ausência de piso tátil direcional na via pública para orientar os pedestres até o acesso principal, e o piso tátil existente nas instalações internas encontra-se em mau estado de conservação.

FOTO 1 – FACHADA PRINCIPAL



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

6. ANÁLISE GERAL:

Com base na caracterização do imóvel descrita no tópico anterior, seguiremos com a análise dos itens relativos à acessibilidade do imóvel. A descrição de cada item seguirá uma forma padronizada, onde primeiramente caracterizaremos a situação, objeto da análise. Serão posteriormente descritos os principais requisitos que tangem a análise, na sequência, será disposto um parecer geral, onde também serão apontadas as não conformidades, e o encerramento de cada item se dará com a determinação dos itens a serem adequados e as referências para as execuções das adequações.

6.1 ESTACIONAMENTO:

Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou coletivo, ou naqueles localizados nas vias públicas, devem ser reservadas vagas para pessoas idosas e com deficiência. Os percentuais das diferentes vagas estão definidos em legislação específica. Conforme descrito na caracterização da edificação, o empreendimento não possui vagas especiais nas dependências internas. Porém, possui duas vagas especiais, uma P.C.R e outra para idoso na rua de acesso ao edifício dispostas em ângulo de 90 graus. Os percentuais das diferentes vagas estão definidos em legislação específica e aprovado no projeto vigente.

FOTO 2 – ESTACIONAMENTO EXISTENTE



FONTE: GOOGLE EARTH

6.1.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – ESTACIONAMENTO:

Dimensionamento em relação a quantidade de vagas especiais:

- 2% do total de vagas de estacionamentos, observando no mínimo a existência de 1 vaga deve ser reservado para uso de P.C.R., conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- 5% do total de vagas de estacionamento deve ser reservado para uso de idosos, conforme Lei Estadual nº12.548 de 27/02/2007.

Exigências em relação a localização das vagas:

- A vaga P.C.R. deve ser posicionada próximo aos acessos, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- As vagas para idosos devem ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso, conforme Lei Estadual nº12.548 de 27/02/2007;
- As vagas especiais devem compor a rota acessível, na impossibilidade de execução da rota entre o estacionamento e acessos. Para vagas especiais, deverão ser previstas as distâncias de no máximo 50m de acesso acessível, conforme item 6.2.4 da NBR 9050/2021.

Exigências em relação a sinalização das vagas:

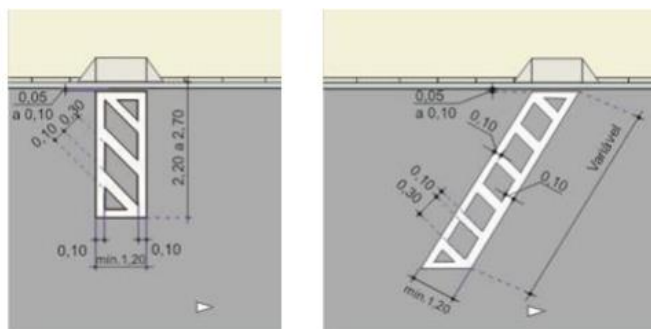
- A vaga P.C.R. deve ser devidamente sinalizada, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- As vagas reservadas a pessoa com deficiência ou comprometimento de mobilidade devem ser dimensionadas de forma a garantir, tanto para o condutor quanto para o conduzido, o embarque e desembarque, bem como o acesso ao local de interesse;
- A sinalização deverá ser composta por sinalizações Verticais e Horizontais.

Sinalização Horizontal:

- Cada vaga reservada deve ser demarcada com a marca delimitadora (largura de 0,10m a 0,20m, na cor branca) de estacionamento regulamentado e com o Símbolo Internacional de Acesso – SAI;

- Área de proteção de estacionamento: Trata-se de uma marca de canalização destinada a permitir o embarque e desembarque com segurança, da pessoa com deficiência com comprometimento da mobilidade. Deve estar sempre associada a marca delimitadora de estacionamento regulamentado. Deve possuir largura mínima de 1,20m e ser demarcada na cor branca, podendo ser compartilhada por 2 vagas e dispensada quando a vaga é adjacente a uma faixa de travessia de pedestres, ou quando a vaga tem largura mínima de 3,60m, conforme figura 2.

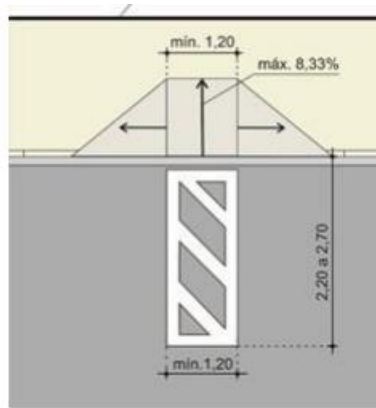
Figura 2 - MODELOS DE SINALIZAÇÃO DE MARCA DELIMITADORA.



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- No caso de desnível entre a área de proteção de estacionamento e o passeio deve ser feito rebaixamento do piso com rampa de acesso e abas laterais. O rebaixamento deve estar associado a área de proteção de estacionamento. A rampa de acesso deve: ter largura mínima de 1,20m; ter inclinação constante e de no máximo 8,33%. A rampa de acesso não deve: apresentar desnível (degrau) na junção com a pista; possuir piso tátil de alerta. As abas laterais devem, sempre que possível, ter uma inclinação de 8,33%, admitindo-se nos casos de impraticabilidade uma largura mínima de 0,50m. No caso de interferências físicas com impossibilidade de remoção, tais como árvores, jardins, poços de visita, colunas e outros obstáculos, as abas podem ser dispensadas. A Figura 3 apresenta um rebaixamento padrão.

FIGURA 3 - MODELOS DE REBAIXAMENTO PADRÃO

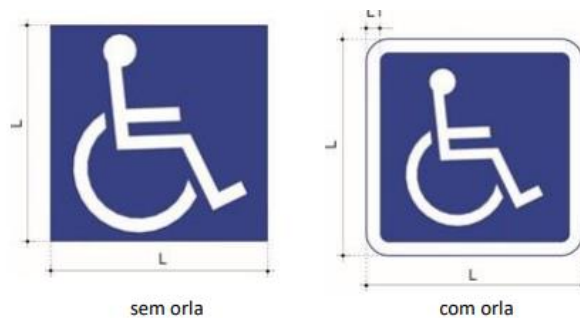


FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Vaga especial para pessoa com deficiência ou com comprometimento de mobilidade:

- Deve ser demarcada com a marca delimitadora de estacionamento regulamentado e com o Símbolo Internacional de Acesso – SIA devendo sempre estar voltado para o lado direito. Nos casos em que é necessário dar contraste com o pavimento deve ser utilizado o SIA com orla.

FIGURA 4 - SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO (SIA)



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- A vaga deve ter comprimento mínimo de 5,0m e largura mínima de 2,40m. O Símbolo Internacional de Acesso - SIA deve ser locado conforme demonstrado na figura 5:

FIGURA 5 – SINALIZAÇÃO VAGA PERPENDICULAR



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Sinalização vertical:

- Fica a critério do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via o uso do sinal vertical de regulamentação “Estacionamento Regulamentado” – R-6b, com a mensagem “COM CREDENCIAL” e Símbolo Internacional de Acesso- SIA, conforme desenho da Figura 6, podendo ser acrescentadas informações conforme desenho da Figura 7.

FIGURA 6 E 7 - MODELOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE REGULAMENTAÇÃO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DESTINADAS EXCLUSIVAMENTE A VEÍCULOS QUE TRANSPORTEM PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO, CONFORME RESOLUÇÃO 965/2022.

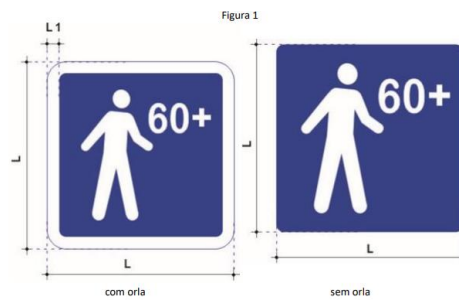


FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Vaga especial Idoso:

- Sinalização de vagas reservadas a pessoa idosa, deve ser demarcada com a marca delimitadora (largura de 0,10m a 0,20m, na cor branca) de estacionamento regulamentado e com o Símbolo “Idoso”, conforme figura 8.

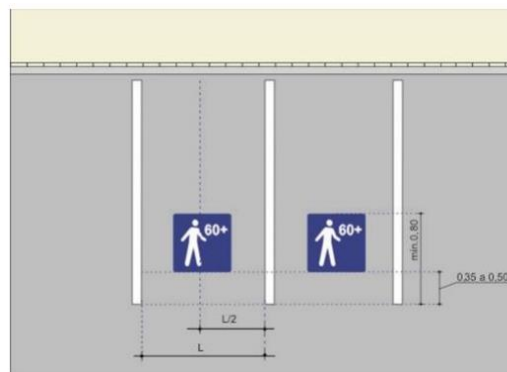
FIGURA 8 – SÍMBOLO “IDOSO”



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- A vaga destinada ao idoso, deve ter largura mínima de 2,20 m e comprimento (L) variável. O símbolo Idoso deve ser locado conforme demonstrado nas Figuras 9.

FIGURA 9 – SINALIZAÇÃO DE VAGA PERPENDICULAR



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Sinalização Vertical:

- Fica a critério do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via o uso do sinal vertical de regulamentação R-6b - “Estacionamento Regulamentado”, com o Símbolo Idoso e com a mensagem “COM CREDENCIAL” conforme desenho da Figura 10, podendo ser acrescentadas informações, conforme exemplo da Figura 11.

FIGURA 10 E 11 – MODELOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DESTINADOS A IDOSOS, CONFORME RESOLUÇÃO 965/2022.



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

6.1.2 PARECER GERAL – ESTACIONAMENTO:

O estacionamento atende ao requisito quanto ao número mínimo de vagas especiais, bem como, quanto a localização das vagas especiais. Entretanto, devem ser realizados ajustes e benfeitorias conforme item 6.1.3.

6.1.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – ESTACIONAMENTO:

- Regularização da área de proteção.
- Troca da sinalização vertical.
- Regularização do piso externo.
- Execução de nova demarcação de vaga conforme descrito no item 6.1.1.
- Interligação da rota acessível aos polos de atração.
- Os portões de acesso a garagens manuais ou de acionamento automático devem funcionar sem colocar em risco os pedestres. A superfície de varredura do portão não pode invadir a faixa livre de circulação de pedestre e deve contar com sistema de sinalização visual e sonoro.

6.2 ACESSO E CIRCULAÇÃO:

A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas,

faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação.

O acesso principal para pedestres à edificação é feito pela via pública, onde um desnível é superado por uma rampa de concreto que não atende aos requisitos para acessibilidade adequada. Além disso, a rampa que dá acesso às vagas destinadas a P.C.R e Idosos apresenta irregularidades no dimensionamento e na sinalização. Embora exista piso tátil direcional na passarela interna, são necessárias as adequações recomendadas para garantir a acessibilidade plena, conforme detalhado a seguir.

FOTO 3 – ACESSO



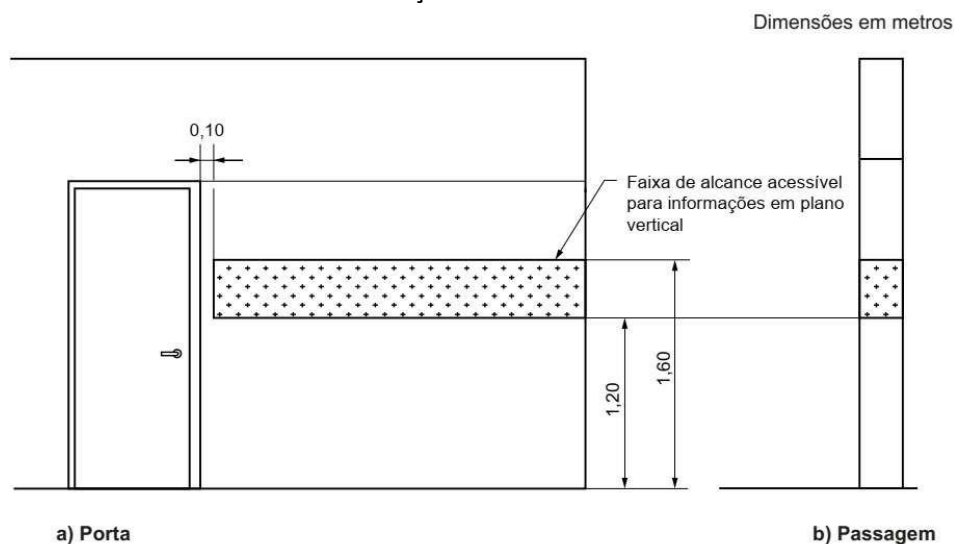
FONTE: GOOGLE EARTH

6.2.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – ACESSO E CIRCULAÇÃO.

Entradas e rotas acessíveis, conforme item 6.2 da NBR 9050/2021:

- Todas as entradas, bem como rotas de interligações as funções da edificação têm de ser acessíveis. Tendo a ressalva que na adaptação de edificações, na impossibilidade técnica de garantia de acessibilidade em todos os acessos, deve se garantir a acessibilidade pelo menos no acesso principal;
- Deve ser prevista a sinalização informativa e direcional da localização das entradas e saídas acessíveis;
- Sobre a circulação nas rotas acessíveis, observa se o disposto no item 6.3 da NBR 9050/2021. Nestes itens são dispostas as exigências em relação ao tipo de circulação horizontal e vertical; e condições gerais em relação a revestimento, inclinação e desnível; entre outros;
- Em relação a circulação interna, também observa se o disposto no item 6.11 da NBR 9050/2021;
- São dispostas as exigências em relação a largura e dimensionamento de corredores e portas;
- Exigências quanto a sinalização, são dispostas no item 5.4.1 e 5.4.2 da NBR 9050/2021;
- As portas e passagens devem possuir informação visual, associada a sinalização tátil ou sonora, devendo ser sinalizadas com números e/ou letras e/ou pictogramas e ter sinais com textos em relevo. Também são dispostos os detalhes em geral quanto a instalação destas sinalizações.

FIGURA 13 – FAIXA DE SINALIZAÇÃO ACESSÍVEL PARA PORTAS E PASSAGENS



- Devem ser previstos planos e mapas acessíveis, constituídos de representações visuais, táteis e/ou sonoras, para orientação de lugares e rotas.

6.2.2 PARECER GERAL – ACESSO E CIRCULAÇÃO.

Os acessos da edificação não atendem os requisitos da NBR 9050/2021. As circulações estão com piso tátil irregular.

6.2.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – ACESSO CIRCULAÇÃO:

- O desnível pelo qual se faz o acesso principal da edificação deve ser executado de forma que não haja irregularidade ou saliência. Além disso, a sinalização do piso tátil deve ser devidamente adequada, considerando que todas as rampas deverão possuir piso tátil de alerta com largura entre 0,25 m e 0,60 m, distante no máximo 0,32 m da mudança de plano, localizado antes do início e após o término da rampa.
- Adequar inclinação da calçada e materialidade. Os materiais de revestimento e acabamento de piso, devem ter superfície regular, firme, estável e não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapantes, sob qualquer condição (seco ou molhado). Deve-se evitar a utilização de padronagem na superfície do piso que possa causar sensação de insegurança.
- A calçada precisará contar com faixa livre ou passeio, destinada exclusivamente à circulação de pedestres. Deve ser livre de qualquer obstáculo, ter inclinação transversal até 3 %, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre.
- Interligar à rota acessível aos polos de atração.
- Inserir sinalização informativa e direcional da localização das entradas e saídas acessíveis.
- Portas e passagens, devem ter números e/ou letras e/ou pictogramas e sinais com texto em relevo, incluindo Braille. Todas as portas de sanitários, banheiros e vestiários devem ser sinalizadas.

- A sinalização das portas, deve ser centralizada e não pode conter informações táteis. Para complementar a informação instalada na porta, deve existir informação tátil ou sonora na parede adjacente a ela ou no batente.
- As informações essenciais aos espaços na edificação, no mobiliário e nos equipamentos urbanos devem ser utilizadas de forma visual, sonora ou tátil, de acordo com o princípio dos dois sentidos e conforme a Tabela abaixo:

FIGURA 14 – APLICAÇÃO E FORMAS DE INFORMAÇÃO E SINALIZAÇÃO

Aplicação	Instalação	Categoria	Tipos		
			Visual	Tátil	Sonora
Edificação/ espaço/ equipamentos	Permanente	Direcional/ informativa ^a			
		Emergência			
	Temporária	Direcional/ informativa			
		Emergência ^a			
Mobiliários	Permanente	Informativa ^a			
	Temporária	Informativa			

NOTA As peças de mobiliário contidas nesta Tabela são aquelas onde a sinalização é necessária, por exemplo, bebedouros, telefones etc.

^a Apresenta duas formas de aplicação: linha superior ou linha inferior.

FONTE: NBR 9050/2021

- Os elementos de sinalização essenciais devem ser instalados nos sanitários, banheiros, vestiários e acessos verticais.

6.3 SANITÁRIO P.C.R.:

Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros da Norma quanto às quantidades mínimas necessárias, localização, dimensões dos boxes, posicionamento e características das peças, acessórios, barras de apoio, comandos e características de pisos e desnível. Os espaços, peças e acessórios devem atender aos conceitos de acessibilidade, como as áreas mínimas de circulação, de transferência e de aproximação, alcance manual, empunhadura e ângulo visual.

Existe um banheiro acessível de uso universal na edificação atendendo parcialmente aos requisitos estabelecidos no item 7 da NBR 9050/2021. No entanto, serão necessários ajustes para assegurar o atendimento completo a às normas especificadas.

FOTO 4 – SANITÁRIO



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

FOTO 5 – SANITÁRIO



6.3.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – SANITÁRIO PC.R..

- Exigências quanto a localização, conforme item 7.4 da NBR 9050/2021:
- Devem ser localizados em rotas acessíveis próximos a circulação principal.
- Dimensionamento quanto a quantificação, conforme item 7.4.3 e Tabela 7 da NBR 9050/2021.
- Nos edifícios públicos, existentes, deve ser previsto um sanitário acessível, com acesso independente por pavimento.
- Quanto a dimensão dos sanitários acessíveis, seguir o contido no item 7.5 da NBR 9050/2021.
- O referido item estabelece além das dimensões o posicionamento das peças sanitárias e barras, bem como, das áreas de transferência, área de manobra, entre outros.
- Demais itens da seção 7 da NBR 9050/2021, estabelece todos os requisitos a serem observados em relação aos elementos que compõe a execução do banheiro acessível.

6.3.2 PARECER GERAL – SANITÁRIO PC.R..

O local existente não atende plenamente às diretrizes da NBR 9050/2021, desde sua localização quanto a disposição de louças e acessórios. A seguir, apresenta-se a relação dos itens que necessitam de regularização:

6.3.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – SANITÁRIO PC.R.:

- Redefinir a localização dos sanitários para garantir que estejam situados em rotas acessíveis, próximos à circulação principal e integrados às demais instalações sanitárias, evitando áreas isoladas e assegurando visibilidade adequada para situações de emergência ou assistência. Além disso, é necessário garantir a devida sinalização.
- Recomenda-se que, nos conjuntos de sanitários, seja instalada uma bacia infantil para uso por pessoas com baixa estatura e criança.

- Alterar modelo da bacia sanitária. Ela deve possuir entre 0,43m e 0,45m do piso acabado. Com o assento, esta altura deve ser no máximo de 0,46m.
- A válvula de descarga deve ser referencialmente acionada por sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes.
- Recomenda-se a instalação da ducha higiênica dotada de registro de pressão para regulação da vazão. Esta ducha deve ser instalada ao lado da bacia sanitária e dentro do alcance manual de uma pessoa sentada.
- Deve ser instalado dispositivo de alarme de emergência próximo à bacia. Recomenda-se a instalação de dispositivos adicionais em posições estratégicas, como lavatórios e portas, entre outros. A altura de instalação deve ser de 40 cm do piso. Os dispositivos devem ter cor que contraste com a cor da parede.
- As barras de apoio do lavatório deverão ser instaladas conforme figura D, do item 7.8.1 da NBR 9050/2021.
- Os tampos para lavatórios devem garantir no mínimo uma cuba com superfície superior entre 0,78 m e 0,80 m, e livre inferior de 0,73 m. Devem ser dotados de barras conforme item 7.8.1 da NBR 9050/2021.
- Instalação de espelho plano acima da pia, com no máximo 0,90m do piso e 0,90m de altura.
- A papeleira da bacia sanitária, quando de sobrepor, deve ser alinhada com a borda frontal da bacia, o acesso ao papel deve ser livre e de fácil alcance. Não podem ser instaladas abaixo de 1,00m de altura do piso acabado, para não atrapalhar o acesso à barra.
- Deve ser instalado cabide junto ao lavatório, com altura entre 0,80m e 1,20m do piso acabado.
- Deve ser instalado um porta-objeto junto ao lavatório e a bacia sanitária, a uma altura entre 0,80m e 1,20m com profundidade máxima de 0,25m, em local que não interfira nas áreas de transferência, manobra e utilização das barras de apoio. O porta-objeto não pode ter cantos agudos e superfícies cortantes ou abrasiva.
- Realizar instalações de acessórios, conforme figura 15

6.4 MOBILIÁRIO URBANO – CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que todo mobiliário urbano atenda aos princípios do desenho universal. Proporcionando ao usuário segurança e autonomia de uso, assegurando dimensão e espaço apropriados para aproximação, alcance, manipulação e uso, postura e mobilidade do usuário, ser projetado de modo a não se constituir em obstáculo suspenso, bem como, não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes, estar localizado junto a uma rota acessível e ser sinalizado. Recomenda-se também que elementos do mobiliário interno sejam acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo. Todos os elementos do mobiliário da edificação, como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, bancos de alvenaria, entre outros, devem ser acessíveis. Quando houver local de espera com assentos, estes devem: garantir 5 % de assentos para P.O, com no mínimo um. Garantir 5 % de espaços para P.C.R., com no mínimo um, e serem sinalizados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As informações apresentadas neste laudo representam a situação no dia da respectiva vistoria, podendo haver alterações das condições em função de modificações ocorridas após a mesmas.

8. ENCERAMENTO:

Este Laudo é composto de 21 páginas, e assinado pelo responsável técnico pela elaboração.

São Paulo, 25 de agosto de 2024.